

Metamorfoses no processo de legitimação da Revolução Cubana: uma análise das comemorações do “dia da rebeldia nacional” (1959-2009)

GILIARD DA SILVA PRADO*

Santiago de Cuba, 26 de julho de 1953. Nesse dia teve início a primeira etapa da luta insurrecional da Revolução Cubana, ocasião em que grupos rebeldes liderados por Fidel Castro tentaram tomar de assalto o Quartel Moncada, a segunda mais importante fortaleza militar do país. Como parte integrante dessa ação principal, outro grupamento rebelde atacava um posto militar de menor porte, o Quartel Carlos Manuel de Céspedes, localizado na cidade de Bayamo. As ações integradas tinham como finalidade dar início a um grande movimento revoltoso que pudesse culminar com a deposição do governo de Fulgencio Batista, que havia chegado ao poder através de um golpe militar ocorrido em 10 de março de 1952.

Contudo, o primeiro passo da luta armada rebelde – a operação de tomada dos quartéis – fracassou. Antes que ocupassem as posições desejadas no interior dos quartéis, os insurgentes foram descobertos e, diante da iminência da derrota nos confrontos que se seguiram contra os soldados do Exército, retiraram-se dos locais de combate. O resultado dos ataques aos quartéis não foi apenas uma retirada estratégica ou um plano frustrado. O saldo foi desastroso, sendo os insurgentes presos e/ou mortos.

O fracasso dessa primeira tentativa de derrubar o governo de Fulgencio Batista não representou, porém, o fim das ações dos revoltosos cubanos pela tomada do poder. Beneficiados pela Lei de Anistia Política, de 15 de maio de 1955, que libertava os envolvidos nos assaltos aos quartéis, alguns “moncadistas”, como passaram a se autodenominar, exilaram-se no México, onde organizaram o Movimento 26 de julho – cujo nome fora atribuído em homenagem à data da tentativa de assalto ao Quartel Moncada –, e regressaram a

* Doutorando em História pela Universidade de Brasília – UnB. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: <giliardprado@yahoo.com.br>.

Cuba em dezembro de 1956 para dar continuidade à luta insurrecional que prosseguiu até 1º de janeiro de 1959, quando finalmente triunfou o movimento revolucionário.

Com o triunfo da Revolução Cubana tiveram início as ações voltadas para a legitimação do novo governo, para a construção de significados em torno da experiência revolucionária. Como parte integrante das políticas de memória da Revolução, o regime cubano elegeu datas, figuras e acontecimentos a serem comemorados, estabelecendo quais seriam dignos de lembrança e os meios a serem empregados para representá-los. A importância dada pelo regime cubano aos lugares de memória e, em particular, às comemorações das efemérides ficou expressa através da criação de um calendário cívico para a Revolução, instrumento por meio do qual foram definidos os acontecimentos e datas que seriam pontos balizadores de uma nova escrita da história, de modo que a memória nacional passasse a refletir a memória da Revolução. Tanto é assim que das comemorações oficialmente instituídas para rememorar grandes acontecimentos da história da nação, a maior parte é formada por efemérides ligadas à experiência revolucionária cubana. Neste sentido, a comemoração do 26 de julho figura como a principal efeméride do calendário cívico cubano, revestindo-se de maior simbolismo até mesmo do que o 1º de janeiro, data que marca o triunfo do movimento revolucionário.

As cerimônias comemorativas do 26 de julho – celebradas em grandes concentrações cívicas – constituem-se em ocasiões privilegiadas para o regime cubano empreender a reconstrução do passado e para, em cada momento presente, fazer a gestão da memória da experiência revolucionária, reafirmando figuras e correntes de pensamento a que se filia. Partindo da premissa de que o estudo das comemorações é um dos modos mais eficazes para compreender as estratégias de legitimação de um regime político, este trabalho tem por objetivo analisar, a partir do estudo das comemorações do 26 de julho, as principais metamorfoses por que passaram os significados e memórias que se buscou construir acerca da Revolução Cubana desde o seu triunfo, em 1959, até a efeméride do cinquentenário, em 2009. Trata-se, pois, de empreender uma história da memória, identificando pontos de inflexão no processo de legitimação da experiência revolucionária e do regime político cubano.

As representações que foram sendo construídas em torno do 26 de julho são emblemáticas dos mecanismos de construção das memórias. Novos sentidos vão sendo atribuídos aos acontecimentos que tiveram lugar nessa data. Desse modo, derrotados no campo militar em decorrência de uma ação fracassada cujos resultados poderiam ser qualificados como trágicos, os revolucionários buscam figurar como vitoriosos no campo da memória, conferindo significados positivos em torno do frustrado ataque ao Moncada. A evocação desse acontecimento é, obviamente, orientada não no sentido de trazer à lembrança aquela derrota, mas sim de abstrair o que de positivo representou aquela ação. Na rememoração daquele 26 de julho de 1953, a ênfase é dada, por exemplo, ao início da batalha para libertar o povo daqueles que eram tidos como seus opressores, bem como ao espírito combativo e revolucionário dos cubanos. Para significar todo o simbolismo que se busca conferir à data, o Conselho de Ministros, já no ano de 1959, decide declarar o 26 de julho como o “dia da rebeldia nacional”.

A data que marcou o início da luta armada na fase insurrecional da Revolução Cubana recebeu, contudo, mais do que uma declaração formal do governo revolucionário. O “dia da rebeldia nacional” passou a ser evocado em cerimônias comemorativas que, embora tenham conhecido transformações no decorrer do tempo, realizaram-se anualmente com enorme regularidade, tendo sido iniciadas ainda no ano de 1959 e mantendo-se até os dias atuais, configurando, desse modo, uma tradição comemorativa que já se estende por mais de cinco décadas e que é constitutiva da experiência revolucionária cubana. A efeméride do 26 de julho tornou-se o dia mais importante no calendário político do país, fazendo com que a festa da Revolução fosse também a principal festa da nação cubana.

Para solenizar a efeméride destinada, entre outros aspectos, a enaltecer e fomentar o espírito revolucionário dos cubanos, as comemorações estendem-se por três dias consecutivos, que são feriados nacionais: 25; 26 e 27 de julho. A programação da festa revolucionária comumente reserva para o dia 25 a realização de um grande desfile desportivo que conta com performances de atletismo, de ginástica e de dança. No dia 26 ocorre o ato central das comemorações, destinado principalmente aos discursos políticos, ocasião em que representantes de delegações estrangeiras e os dirigentes políticos cubanos do município e da

província que sediam o ato fazem uso da tribuna. O ápice da solenidade costumava ser o longo discurso oficial proferido por Fidel Castro. Porém, com seu afastamento por motivos de saúde – provisoriamente desde o dia 31 de julho de 2006 e em caráter definitivo desde o dia 24 de fevereiro de 2008 –, Fidel foi substituído no exercício das funções de chefe de Estado e de governo e, conseqüentemente, no uso da tribuna das cerimônias comemorativas por seu irmão, Raul Castro, menos afeito a discursos. No dia 27 de julho, último dia das comemorações, embora a data tenha sido utilizada com alguma frequência para a inauguração de obras da Revolução, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, não costuma haver nenhuma atividade oficial, o que faz com que, no caso de algumas províncias cubanas, pela coincidência com o período do carnaval, o dia seja todo destinado aos festejos carnavalescos.

No ato central das comemorações alusivas à efeméride, que contava comumente com grandes concentrações populares, Fidel Castro, na condição de líder da Revolução, fazia uso da tribuna para esgrimir, em discursos que duravam em média cinco horas, suas considerações acerca do 26 de julho, das conquistas e desafios da Revolução Cubana, da situação interna do país e dos principais temas da política internacional. A cerimônia comemorativa tornou-se, portanto, um momento de produção da versão oficial, autorizada, em torno dos acontecimentos e processos históricos. Compreende-se, desse modo, que se as comemorações do 26 de julho eram vivenciadas pelo povo cubano como tempo de festas, para os dirigentes da Revolução elas eram concebidas e deviam funcionar, entre outros aspectos, como tempo da memória. Elas eram, pois, ocasiões privilegiadas para se fazer a gestão da memória da Revolução, definindo que personagens, datas e acontecimentos deviam ser lembrados e, igualmente, quais deviam ser esquecidos ou, ainda, execrados.

As festas comemorativas do 26 de julho eram vistas por Fidel Castro como momentos oportunos para tratar de “*temas históricos, temas patrióticos y temas ideológicos*”, os quais deveriam ser abordados de modo que se pudesse cumprir a finalidade de “*transmitir al pueblo y al mundo*” – este último ali representado pelas delegações estrangeiras e pelos turistas atraídos pelo ideal revolucionário – as “*verdades*” da Revolução Cubana (CASTRO, 1998). Os discursos proferidos nas comemorações dessas efemérides engendraram sua intenção pedagógica de transmitir aos nacionais e aos estrangeiros o que constituía a verdade acerca da

Revolução Cubana, ensinando-a aos que não conheceram diretamente as suas etapas ou fases iniciais e orientando a recordação dos que lhes foram contemporâneos. No cumprimento de sua intenção pedagógica e de sua finalidade legitimadora e conservadora em relação ao poder instituído (OZOUF, 1976), esses discursos fixaram a narrativa histórica da Revolução e, conseqüentemente, promoveram uma reescrita da história da nação cubana. Desse modo, compuseram uma história que se repete anualmente – há mais de cinquenta anos – durante as comemorações de diferentes efemérides, atualizando a recordação e promovendo a construção de significados acerca da experiência revolucionária.

Constituí, no entanto, um equívoco considerar que as comemorações de efemérides revolucionárias são voltadas tão somente para uma excessiva repetição do passado, tendo como finalidade última o ato mnemônico, uma vez que elas têm o poder de articular as três dimensões constitutivas do tempo histórico: passado, presente e futuro. Essas comemorações empreendem no presente um duplo movimento: de retorno ao passado, através da orientação da recordação; e de antecipação do futuro, através da predição do cumprimento de uma utopia. Desse modo, elas compõem uma história cujas condições de possibilidade são orientadas, no presente, pela relação entre as lembranças das experiências passadas e as projeções das expectativas futuras (KOSELLECK, 2006). No cerne dessa diligente operação com o tempo está o intuito de controlá-lo, seja estabelecendo novas contagens e marcos temporais associados ao simbolismo revolucionário, seja exercendo o domínio sobre as significações construídas em torno do passado, do presente e do futuro.

As comemorações do “dia da rebeldia nacional” são, pois, representativas dos usos do passado para legitimar determinados interesses no presente e até mesmo projetos para o futuro. Alcançado o triunfo, os revolucionários puderam conferir uma conotação positiva à derrota sofrida nas ações que inauguraram a luta insurrecional e, dessa forma, estabelecer o 26 de julho de 1953 como o começo absoluto, isto é, como o mito fundacional da Revolução Cubana. Com a rememoração dessa efeméride, buscou-se também enfatizar a utilidade das lições que poderiam ser aprendidas não só com aquele revés em particular, mas com as adversidades em geral, pois

recordar los minutos de adversidad es bueno, recordar los minutos en que las realidades presentes no eran más que sueños, es bueno, recordar la lucha, es bueno, recordar el sacrificio y el dolor que han costado las victorias, es bueno; es bueno porque nos enseña, es bueno porque nos dice que en el camino de los pueblos nada es fácil, nos enseña que los pueblos para conquistar aquellas cosas que anhelan tienen que sacrificarse y tienen que luchar muy duramente, y que los pueblos no se pueden desanimar en la adversidad (CASTRO, 1960).

Referindo-se em seu discurso à grande lição que se podia extrair do 26 de julho, Fidel Castro destaca o espírito de luta, a perseverança e a disposição ao sacrifício como as condições que tornaram possível o posterior triunfo revolucionário. Pedagogicamente, fez-se uso dos acontecimentos do “dia da rebeldia nacional” para forjar o espírito libertário, o sacrifício, a abnegação e uma tradição de lutas não só como características, mas como requisitos necessários ao povo cubano sob a Revolução. A evocação daqueles acontecimentos, além de contribuir para a construção de uma identidade para os cubanos, tinha também uma função bastante prática nos diversos tempos presentes da Revolução. Isto porque, em face tanto das exigências de trabalho e disciplina quanto das limitações materiais e de outros tipos a que era submetido pela Revolução, o povo cubano seria levado a agir não apenas em conformidade, mas até com certo orgulho diante dos sacrifícios que lhe eram exigidos no presente e tidos como indispensáveis para alcançar conquistas futuras.

O investimento comemorativo em torno da fase insurrecional era importante para assinalar o começo de um processo de ruptura em relação ao passado pré-revolucionário, ou seja, para explicitar o estado de coisas a que se contrapunha a Revolução, demarcando determinadas fronteiras simbólicas a partir de pares antinômicos comumente utilizados para legitimar regimes políticos: antes/agora; ontem/hoje; velho/novo; passado/presente; e, no caso da Revolução Cubana, período pré-revolucionário/período revolucionário. Além disso, era fundamental recordar o período pré-revolucionário para dar sentido ao tempo presente e forjar a identidade da situação revolucionária em oposição à imprescindível alteridade do passado.

A referência à construção da identidade da situação revolucionária suscita, pois, alguns questionamentos: desde o seu triunfo até a efeméride do cinquentenário, teve a experiência revolucionária uma identidade única? Antes de 1961, ano em que foi proclamado

o seu caráter socialista, quais eram as relações da Revolução com o socialismo? Quando triunfou, em 1959, a Revolução Cubana era nacionalista ou socialista? Os significados e memórias que se buscou construir acerca da experiência revolucionária foram os mesmos no decorrer de mais cinco décadas? Teriam essas memórias sofrido transformações? Em caso positivo, que mudanças foram essas?

Tendo triunfado e adotado suas primeiras medidas revolucionárias num contexto marcado pela bipolarização ideológica do período da Guerra Fria, a Revolução Cubana atraiu a atenção da opinião pública internacional, despertando questionamentos acerca do tipo de revolução que ela era e dos rumos que seriam tomados. Afinal, quando triunfou, em 1º de janeiro de 1959, a Revolução tinha uma orientação socialista ou capitalista? Nos primeiros meses que se seguiram à vitória revolucionária, Fidel Castro teve que se pronunciar sobre essa questão em seus discursos, bem como nas entrevistas que concedeu. Interpelado sobre o confronto ideológico entre as duas grandes potências mundiais da época, o líder cubano afirmava em seus pronunciamentos a posição equidistante – do ponto de vista das ideologias – adotada pelo governo revolucionário em relação aos Estados Unidos e à União Soviética, indicando que, em vez de subordinação a um desses países, a Revolução Cubana primava por sua autonomia, possuindo uma ideologia própria.

As insistentes interpelações estavam relacionadas ao medo de que a Revolução Cubana passasse a gravitar na órbita do comunismo internacional, tornando-se mais uma “revolução vermelha”. Esse medo decorreria fundamentalmente de dois aspectos: do radical programa de reformas que estava sendo posto em prática; e da crescente influência que estaria sendo exercida no governo revolucionário por adeptos do comunismo, alguns dos quais provenientes do Partido Socialista Popular. Em suas declarações, nos primeiros meses após o triunfo revolucionário, Fidel Castro reafirmava que nem o Movimento 26 de Julho, por ele comandado, nem ele próprio – uma vez que era membro do Partido do Povo Cubano (Ortodoxo) – tinham orientação comunista.

Em discurso pronunciado no dia 8 de maio de 1959, na cidade de Havana, após ter chegado de uma viagem diplomática que percorreu alguns países do continente americano,

incluindo-se os Estados Unidos, com a finalidade de obter apoio internacional para o governo revolucionário, Fidel Castro repetiu para o povo cubano o que dissera em seus discursos fora da ilha caribenha: que a Revolução Cubana não devia ser acusada de comunista, uma vez que pretendia ser uma “*Revolución democrática y humanista*”. Tratava-se de uma Revolução que tinha se convertido “*en el modelo y en la esperanza de todos los pueblos de América Latina*” e cujos líderes não se prestavam ao papel de joguetes, tendo ideias, condutas e movimento revolucionário próprios. As acusações relativas à natureza comunista da Revolução seriam uma forma de que se valiam aqueles que a ela se opunham para urdir intrigas com a finalidade de confundir e fomentar a divisão entre o povo cubano, de modo a desestabilizar o governo revolucionário. Apoiando-se no prestígio que já possuía entre o povo cubano e buscando defender a Revolução das suspeições de que era comunista, Fidel Castro expressou-se nos seguintes termos:

Si nuestras ideas son bien claras, si en pos de esas ideas está la mayoría del pueblo, si al mando de ese movimiento y de esa revolución estamos nosotros, ¿es que acaso el pueblo no confía en nosotros? ¿Es que acaso alguien puede pensar que encubrimos oscuros designios? ¿Es que acaso pudiera alguien afirmar que hemos mentido alguna vez al pueblo? (...) ¿Es que acaso puede pensarse que somos unos hipócritas o unos cobardes? Entonces, ¿por qué cuando decimos que nuestra Revolución no es comunista, por qué cuando probamos que nuestros ideales se apartan de la doctrina comunista, que la Revolución Cubana no es ni capitalista ni comunista y que es una revolución propia (EXCLAMACIONES DE: “¡Cubanismo, cubanismo!”), que tiene una ideología propia, enteramente propia, que tiene raíces cubanas, que es enteramente cubana y enteramente americana, por qué entonces ese empeño en acusar a nuestra Revolución de lo que no es? (CASTRO, 1959a).

Poucos dias após ser decretada a Lei da Reforma Agrária, de 17 de maio de 1959, considerada como uma das mais radicais medidas adotadas pelo governo revolucionário, Fidel Castro concedeu entrevista ao programa *Ante la Prensa*, da emissora cubana de televisão *CMQ-TV*, em que buscou desvincular o pacote de reformas a uma política que denotasse um projeto comunista. Mais uma vez, o líder cubano reiterou que se tratava de uma revolução que, em todas as suas características constitutivas, era uma “*revolución propia*”. Neste sentido, afirmou que se tratava de uma revolução “*de tipo nacional*”, enfatizando o fato de a

experiência revolucionária possuir uma identidade e uma história próprias, uma vez que ela teria rompido com alguns convencionalismos, tal como a tese de que não poderia haver revolução sem “*lucha de clases*” (CASTRO, 1959b *apud* ENTRIALGO, 2007).

A Revolução, além de ter sido definida como “*autóctona y cubana*”, era proclamada também como “*humanista*”, buscando-se assim negar qualquer identificação tanto com o capitalismo quanto com o comunismo. As recorrentes interpelações acerca de uma obrigatória filiação ideológica ao capitalismo ou ao comunismo constituíam um problema, no entendimento de Fidel Castro, pois ele não estaria disposto a ter que “*escoger entre el capitalismo que mata de hambre a la gente y el comunismo que resuelve el problema económico, pero que suprime las libertades*”. Assim, enquanto o capitalismo e o comunismo sacrificariam de distintas formas o homem, a Revolução dispunha-se a seguir tão somente uma “*doctrina humanista*”, que levasse à humanização desse homem antes sacrificado. Do mesmo modo que a experiência cubana recusava uma identificação com o comunismo, recusava-se também a ser identificada com o capitalismo, afinal ela já havia rompido com “*muchos principios del capitalismo arraigados por años*”. Afirmava-se, portanto, que a Revolução possuía tão somente um caráter nacional, não sendo “*de ningún color, ni rojo, sino verde olivo que es el color del uniforme del Ejército Rebelde, que salió de las entrañas de la misma Sierra Maestra*” (CASTRO, 1959b *apud* ENTRIALGO, 2007).

A partir da proclamação de seu caráter socialista, em 16 de abril de 1961, a Revolução Cubana, que até então era representada como uma “*revolução verde-oliva*”, transformou-se numa “*revolução vermelha*”. Essa metamorfose repercutiu nas estratégias de legitimação da experiência revolucionária, uma vez que foi marcada pela tentativa de construção de novos significados e pela reivindicação de filiação teórica a outras correntes de pensamento. Isso fez com que o regime cubano tivesse que forçar algumas continuidades históricas, não conseguindo evitar, todavia, a exposição de patentes contradições. Com vistas a legitimar essa nova etapa, que consistiu num importante ponto de inflexão da experiência revolucionária, o discurso oficial passou por sucessivas mudanças. Desde então, foi necessário silenciar sobre muitas das declarações anteriores que já não mais poderiam ser sustentadas. A tônica dos discursos, notadamente no período compreendido entre 1961 e 1968, passou a ser a formação

de uma “consciência revolucionária”. Além de ser entendida como uma meta cujo alcance deveria ser permanentemente ampliado entre as massas, a formação dessa consciência revolucionária, entre os próprios dirigentes, é apresentada como o fator que explicaria a adoção do marxismo-leninismo como doutrina oficial do governo cubano e, conseqüentemente, a decisão de que se lutaria por uma Revolução que “*se propone ser revolución de verdad, (...) se propone construir el socialismo y llegar al comunismo*” (CASTRO, 1967).

Atribuída a uma crescente consciência revolucionária, a filiação ao marxismo-leninismo permitiu que Cuba se tornasse “*el primer país socialista de América Latina*” e também que se orgulhasse de ter sido o primeiro país a se livrar “*del imperialismo yanqui*” (CASTRO, 1961). Mais do que isso, teria feito da experiência cubana uma “*revolución de verdad*”, que, orientada por teorias científicas, construiria o socialismo “*sobre bases realmente revolucionarias*” (CASTRO, 1965). Desde que se tornaram “verdadeiros” revolucionários, ou seja, socialistas, os líderes cubanos passaram a repetir nos discursos comemorativos alguns princípios da filosofia política por eles adotada, defendendo teorias e princípios que antes eram refutados. Neste sentido, é interessante notar que, enquanto nos tempos da Revolução verde-oliva era enaltecido o caráter autóctone, nacional, das ideias revolucionárias, na fase vermelha da Revolução as ideias passaram a ser consideradas como “patrimônio universal” e as teorias do marxismo-leninismo deixaram de ser referidas como exóticas e estrangeiras. Na defesa das novas ideias revolucionárias recorreu-se até, com bastante didatismo, a comparações com a cana-de-açúcar:

Decían que eran exóticas, pero lo que no sabían era lo bien que se daban en este clima estas ideas llamadas marxista-leninistas. Porque tampoco aquí cuando llegó Colón, había caña de azúcar y ¡qué bien que se da la caña de azúcar en este país! (...) Pues así también se dan, ¡qué bien se dan las ideas revolucionarias en este país! ¡Y seremos uno de los primeros productores de ideas revolucionarias! (CASTRO, 1965).

Quando, porém, sob o governo revolucionário, foram “plantadas” as ideias socialistas? De acordo com Fidel Castro, elas já estariam presentes antes mesmo do dia 16 de abril de 1961, quando a Revolução adotou formalmente o socialismo. Para reforçar o argumento de

que a formação de uma consciência revolucionária ocorreu de maneira processual, o líder cubano busca sutilmente recuar no tempo a existência de traços socialistas nas ações e pronunciamentos do governo, tentando assinalar uma linha de continuidade ou uma espécie de prenúncio entre a Primeira Declaração de Havana – discurso de 02 de setembro de 1960, marcado por um nacionalismo anti-imperialista e que consistiu numa ação de repúdio às resoluções da Declaração de São José da Costa Rica que, elaborada sob a égide da OEA, afirmava que a Revolução Cubana era um fator de instabilidade regional – e a posterior proclamação do caráter socialista do processo revolucionário, uma vez que os pontos da referida declaração são apresentados como “*los puntos esenciales del socialismo*” (CASTRO, 1961). A Primeira Declaração de Havana sinalizaria, assim, o despertar de uma consciência revolucionária ainda não compreendida ou expressa em sua totalidade.

A relação da elite dirigente da Revolução – notadamente de Fidel Castro – com o marxismo-leninismo é representativa das metamorfoses por que passaram os esforços de legitimação da experiência revolucionária no decorrer de uma longa sequência de discursos comemorativos. Quando, então, os líderes revolucionários teriam se tornado marxistas-leninistas? Esse questionamento é particularmente instigante pelas respostas diversas e contraditórias que foram dadas conforme o período do processo revolucionário. Neste sentido, um discurso bastante emblemático fora pronunciado na comemoração do 26 de julho, no ano de 1965. Nessa ocasião, após se ter feito alusão às virtudes do marxismo, reafirmou-se o caráter marxista-leninista dos líderes revolucionários, o qual tinha sido formado no transcurso da Revolução triunfante, conforme se observa no trecho abaixo:

(...) nosotros somos marxista-leninistas! ¿Lo fuimos siempre? ¡No, la mayor parte de nosotros no lo era; y, sin embargo, lo somos! Yo no lo era, no lo era cuando era un ignorante, cuando de las leyes de la historia no sabía nada, cuando de la sociedad, de los procesos sociales y de la historia de la humanidad, no sabía nada, todo lo más poseía – como poseían muchos – un espíritu rebelde, un entusiasmo y una vocación de los problemas públicos (...) ¿Cuando el 26 de Julio qué éramos? No podíamos llamarnos marxista-leninistas el 26 de Julio (...); ¡No!, nos faltaba mucho por aprender, nos faltaba mucho por comprender todavía (CASTRO, 1965).

A elevação da consciência revolucionária teria ocorrido de maneira processual à medida que se buscava uma melhor explicação para os problemas da sociedade e que se avançava na compreensão do socialismo científico. De acordo com Fidel Castro, os organizadores do Movimento 26 de julho estudavam, além das obras de José Martí, as de Marx e Lênin. Contudo, o aprendizado do marxismo-leninismo não se tinha dado “*solo de una manera teórica*”, mas principalmente na prática revolucionária, no enfrentamento dos problemas, uma vez que o fenômeno imperialista, por exemplo, os líderes revolucionários não o tinham aprendido em livros, mas nas “*propias carnes*”. Sendo já possuidores de “*vocación de revolucionarios, (...) sensibilidad de revolucionarios y pasión de revolucionarios*”, eles puderam tornar-se marxistas-leninistas a partir do momento que adquiriram uma elevada consciência revolucionária. Essa guinada para o marxismo-leninismo, segundo Fidel Castro, teria desagradado aos inimigos da Revolução, uma vez que estes

habrían querido que fuésemos unos ‘liberaloides’, unos reformistas pequeño-burgueses. Y fuimos pequeño-burgueses, pero afortunadamente fuimos dejando atrás ese caparazón ideológico y clasista, y adoptamos la ideología de los explotados, de los oprimidos, de los humildes, de los trabajadores (CASTRO, 1965).

Contudo, essa adoção do marxismo-leninismo pelos líderes revolucionários foi marcada, pelo menos ao longo da década de 1960, por uma interpretação peculiar, não sendo aceitas em sua totalidade algumas teorias, dando-se primazia ao aprendizado obtido empiricamente, ou seja, resultante da própria experiência revolucionária cubana. Em consonância com a aspiração de que Cuba não apenas transplantasse teorias provenientes de outros países, de outras realidades, tornando-se também, ela mesma, produtora de ideias revolucionárias, Fidel Castro considerava um erro a crença de que “*la conciencia tiene que venir primero y la lucha después*”, pois, com base na experiência cubana, assegurava, ao invés disso, que “*¡la lucha tiene que venir primero e inevitablemente detrás de la lucha vendrá con ímpetu creciente la conciencia revolucionaria!*”. O líder cubano acreditava que não havia “*mejor maestro de las masas que la misma revolución*” e concluía que os revolucionários estariam mal arranjados se, para fazer uma Revolução socialista, eles tivessem se dedicado primeiro “*a catequizar a todo el mundo con el socialismo y el marxismo*

para después hacer la revolución” (CASTRO, 1966). Com base ainda nesse entendimento, reiterou, em outro discurso, que, embora os revolucionários cubanos não pretendessem ser *“los más perfectos intérpretes de las ideas marxista-leninistas”* (CASTRO, 1968), cada país tinha sua forma de interpretar as ideias revolucionárias.

A partir dos anos 1970, a abordagem do socialismo nos discursos comemorativos sofre algumas transformações, tendo início outra fase da Revolução vermelha em Cuba, a qual foi marcada pela crescente influência da União Soviética sobre a organização institucional e a ideologia revolucionária do país caribenho. Neste sentido, mesmo não tendo se submetido a um alinhamento total às diretrizes soviéticas, o governo cubano perdeu parte de sua autonomia ideológica, já não havendo muito espaço para a almejada produção de ideias revolucionárias ou mesmo para interpretações singulares do marxismo-leninismo.

Essa nova fase da experiência cubana caracteriza-se pela tentativa de estabelecimento de uma nova memória em torno da Revolução socialista e dos seus líderes, o que acabou evidenciando contradições em relação a pronunciamentos anteriores. Um argumento diferente é utilizado para a questão do momento da filiação dos líderes revolucionários ao marxismo-leninismo. Na década de 1960, afirmava-se que foi somente no decorrer da Revolução triunfante, como resultado de um processo de formação de uma consciência revolucionária, que os líderes cubanos tornaram-se marxistas-leninistas, negando-se de maneira categórica que eles pudessem ser assim considerados por ocasião do 26 de julho de 1953. Todavia, a partir da década de 1970, eles passaram a ser representados como *“socialistas convictos”* desde os tempos da etapa que inaugurou a luta insurrecional e mesmo antes disso.

Num discurso bastante emblemático da nova memória que se buscava firmar, proferido no ano de 1973, Fidel Castro afirmou que o núcleo fundamental dos dirigentes do Movimento 26 de Julho *“veía en el marxismo-leninismo la única concepción racional y científica de la Revolución”* (CASTRO, 1973), antecipando, com isso, para a etapa da luta insurrecional a existência de uma elevada consciência revolucionária socialista. Em outra cerimônia comemorativa, também contrariando o que havia sido sustentado ao longo da primeira década da Revolução, sentenciou: *“nosotros sí éramos socialistas el 26 de Julio”*

(CASTRO, 1975), passando, então, a reiterar essa ideia frequentemente, ao afirmar que, por ocasião do início da luta para derrubar o governo de Fulgencio Batista, “*nosotros, los dirigentes principales, éramos de ideas y convicciones socialistas, con más precisión, marxista-leninistas, como hemos dicho muchas veces*” (CASTRO, 1995).

Como parte integrante das representações construídas acerca dos líderes da Revolução como “socialistas convictos” desde longa data, transformou-se até o que se denominava de “autoria intelectual” do assalto ao Quartel Moncada numa obra coletiva. Antes atribuída exclusivamente a José Martí, herói da independência nacional, essa obra intelectual ganha, por assim dizer, co-autores que inspiravam àqueles que seguiam a corrente de pensamento socialista, uma vez que “*sin los extraordinarios descubrimientos científicos de Marx y Engels; sin la genial interpretación de Lenin y su portentosa hazaña histórica, no se habría concebido un 26 de Julio*” (CASTRO, 1973).

A construção dessa imagem de socialistas convictos – a partir dos anos 1970 e em vésperas da realização do Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba – está relacionada com a tentativa de Fidel Castro e de outros dirigentes do movimento revolucionário de se livrarem do que havia se estabelecido como um estigma: o fato de serem identificados como líderes pequeno-burgueses de uma Revolução democrática que, mediante a análise de uma conjuntura política de momento, teriam apenas empreendido uma transição para o socialismo. A tentativa de legitimar essa ideia da existência de uma convicção socialista desde tempos pré-revolucionários faz com que os líderes cubanos minimizem a importância de algumas conquistas da fase verde-oliva da Revolução. Neste sentido, a luta pelo restabelecimento da legalidade constitucional interrompida pelo golpe de Estado de 10 de março de 1952 e pelo fim da ditadura de Fulgencio Batista passa a ser considerada como uma luta por “*objetivos limitados*”; e as ideias democrático-burguesas vistas como ideias que se circunscreveriam num “*estrecho horizonte*”. Buscando demonstrar que não teriam lutado por objetivos limitados, os líderes revolucionários afirmam que já eram socialistas antes mesmo que se estabelecesse no poder o governo contra o qual eles lutaram, pois, “*aun antes del 10 de marzo de 1952*”, eles teriam “*llegado a la íntima convicción de que... el objetivo tenía que ser el socialismo*” (CASTRO, 1973).

O discurso oficial, que havia substituído a tese da elevação do grau de consciência revolucionária pela da convicção socialista anterior à etapa insurrecional, passou a defender a ideia, recuando-a no tempo, de que os principais líderes da Revolução sempre estiveram certos de que apenas sob o socialismo poderia ser engendrada uma “revolução de verdade”, uma “revolução profunda” cuja concretização era representada como o cumprimento de “*leyes de la historia*” (CASTRO, 1973), ou seja, de uma teleologia que levaria ao socialismo e, posteriormente, ao comunismo. O que explicaria, então, que, mesmo se afirmando socialistas convictos, os líderes revolucionários não tenham feito triunfar, já em 1959, uma revolução socialista, mas, em vez disso, aguardado pouco mais dois anos para proclamá-la como tal?

A explicação estaria na necessidade que os líderes da Revolução tinham de ocultar as suas convicções marxistas-leninistas até que chegasse o momento oportuno para revelá-las. As razões que explicariam a pouco ou nada plausível tese do socialismo mantido em segredo até 1961 seriam “*el nivel político de las masas y la correlación nacional e internacional de fuerzas*” (CASTRO, 1973). De acordo com Fidel Castro, como a palavra socialismo suscitava temores nas massas, que eram submetidas a uma incessante propaganda anticomunista no período de auge do macarthismo, a declaração imediata das intenções socialistas/comunistas inviabilizaria, no plano nacional, a união das forças de oposição na luta contra Fulgencio Batista e, no plano internacional, resultaria em difíceis relações e na animosidade de todo o bloco capitalista. Eram explicados, desse modo, os motivos para que tivesse sido mantido em sigilo o que, a partir dos anos 1970 e até os dias atuais, o regime cubano defendeu como as reais intenções e características da Revolução.

Gestada num contexto de crescente influência ideológica exercida pela União Soviética sobre a experiência revolucionária cubana, a tese do socialismo secreto dos líderes revolucionários e, conseqüentemente, da natureza socialista da Revolução anterior à etapa insurrecional foi mantida mesmo após o colapso do bloco socialista, que teve como principais marcos simbólicos a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a desintegração da União Soviética, em 1991. Porém, apesar de não ter representado o fim da “Revolução vermelha” na ilha caribenha, o colapso do campo socialista levou o regime cubano a promover mudanças em sua estratégia de legitimação, empreendendo “*el desplazamiento del marxismo-leninismo*

al *nacionalismo revolucionario*” (ROJAS, 2012: 116). Neste sentido, pode-se afirmar, recorrendo aos termos da metáfora cromática, que desde a segunda metade da década de 1980 – ou com maior intensidade desde o começo da década de 1990 – até o presente, essa fase vermelha da Revolução foi mesclada de verde-oliva. Trata-se de uma fase em que se privilegia a evocação das figuras de José Martí e de outros personagens associados a uma tradição de lutas libertárias do nacionalismo cubano em detrimento do marxismo-leninismo, ainda que como um recurso para legitimar a manutenção do socialismo em Cuba e dos dirigentes da Revolução no poder.

Portanto, consideradas em seu conjunto, as diversas e contraditórias representações e memórias que se buscou construir acerca da Revolução Cubana no decorrer das comemorações do 26 de julho permitem identificar, a partir de uma sobreposição das camadas discursivas no decorrer do tempo, a existência de uma fase verde-oliva, de 1959 a 1961, e de uma fase vermelha da Revolução – de 1961 a 2009, se quisermos nos ater ao recorte temporal deste estudo, embora essa caracterização seja extensiva aos dias atuais –, sendo que esta última fase conheceu diferentes matizes, conforme o momento do processo revolucionário.

Fontes e referências bibliográficas:

CASTRO, Fidel. 1959a. **Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del gobierno revolucionario, en la concentración celebrada a su llegada del extranjero, en la Plaza Cívica, el 8 de mayo de 1959.** Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f080559e.html>>. Acesso em: 16 abr. 2009.

_____. 1959b. Comparecencia en el programa de televisión *Ante la Prensa*, CMQ-TV, La Habana, 21 de mayo de 1959, *apud* ENTRIALGO, Roberto Bonachea. **Fidel Castro: pensamientos muy escogidos.** La Habana, [s. e.], 2007, pp. 14-15.

_____. 1960. **Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz en conmemoración del VII Aniversario del 26 de julio, en Las Mercedes, estribaciones de la Sierra Maestra, el 26 de julio de 1960.** Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1960/esp/f260760e.html>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

_____. 1961. **Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz en la conmemoración del VIII Aniversario del Ataque al Cuartel Moncada, en la Plaza de la Revolución "jose martí", en La Habana, el 26 de julio de 1961.** Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1961/esp/f260761e.html>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

_____. 1965. **Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del PURSC y Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en el XII Aniversario del Ataque al Cuartel Moncada, en la ciudad de Santa Clara, el 26 de julio de 1965.** Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1965/esp/f260765e.html>>. Acesso em: 15 mai. 2009.

_____. 1966. **Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del gobierno revolucionario, en la conmemoración del XIII Aniversario del Asalto al Cuartel Moncada, en La Habana, Plaza de la Revolución, el 26 de julio de 1966.** Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1966/esp/f260766e.html>>. Acesso em: 15 mai. 2009.

_____. 1967. **Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz en la conmemoración del XIV Aniversario del Asalto al Cuartel Moncada, en Santiago de Cuba, el 26 de julio de 1967.** Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1967/esp/f260767e.html>>. Acesso em: 16 mai. 2009.

_____. 1968. **Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz en la concentración en conmemoración del décimoquinto aniversario del heroico ataque al Cuartel Moncada, en la Plaza de la Revolución de Santa Clara, Las Villas, el 26 de julio de 1968.** Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1968/esp/f260768e.html>>. Acesso em: 03 jul. 2009.

_____. 1973. **Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz en el acto central en conmemoración del XX Aniversario del Ataque al Cuartel Moncada, efectuado en el antiguo cuartel convertido hoy en escuela, en Santiago de Cuba, Oriente, el 26 de julio de 1973, "Año del XX Aniversario".** Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1973/esp/f260773e.html>>. Acesso em: 02 set. 2009.

_____. 1975. **Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del gobierno revolucionario, en el acto central en conmemoración del XXII Aniversario del Ataque al Cuartel Moncada, efectuado en la ciudad de Santa Clara, Las Villas, el 26 de julio de 1975, "Año del Primer Congreso".** Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1975/esp/f260775e.html>>. Acesso em: 04 set. 2009.

_____. 1995. **Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz en el acto central por el Aniversario 42 del Asalto a los cuarteles Moncada y "Carlos Manuel de Cespedes", en la Plaza de la Revolución "Mariana Grajales", el 26 de julio**

de 1995, "Año del Centenario de la Caída de José Martí". Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1995/esp/f260795e.html>>. Acesso em: 23 set. 2009.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 305-327.

OZOUF, Mona. **La fête révolutionnaire (1789-1799)**. Paris: Gallimard, 1976.

ROJAS, Rafael. **La máquina del olvido**: mito, historia y poder en Cuba. México, D.F.: Taurus, 2012.